



GT 14. Antropologia dos Povos Tradicionais Costeiros: Práticas Sociais, Territórios e Conflitos

Coordenador(es):

José Colaço Dias Neto (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Francisca de Souza Miller (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, Comunidades e Conflitos

Debatedor/a: Luceni Hellebrandt (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Conflitos, Processos e Resistências

Debatedor/a: Edna Ferreira Alencar (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras activities – tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral – foram ou são habitantes de regiões costeiras e historicamente têm sido impactados por diversos fenômenos. A expansão metropolitana, os desastres ambientais de grandes proporções, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em áreas de interesse ecológico, são alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupação de territórios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Este Grupo de Trabalho pretende reunir pesquisas empíricas em andamento e tem como um de seus objetivos o cruzamento de diversos olhares sobre estes fenômenos, em especial àqueles de caráter etnográfico, que evidenciem conflitos e tensões entre as populações “tradicionais” e os vários modelos de uso e ocupação destes territórios costeiros e ribeirinhos. Reflexões sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organização política destas populações, suas estruturas econômicas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais – sobretudo agências estatais, organizações não governamentais e empresas – são alguns dos aspectos que serão discutidos nesta activity.

"Agora mais essa!" Cumulatividade de impactos e a luta das populações pesqueiras no contexto do derramamento de petróleo na costa sergipana

Autoria: Ana Luisa Lisboa Nobre Pereira (PEAC/UFS), Bernardo Xavier dos Santos Santiago

Esta comunicação tem como objetivo refletir sobre a luta por direitos empreendidas pelas populações pesqueiras diante do derramamento de petróleo que chegou à costa sergipana em setembro de 2019. Pescadores, marisqueiras, catadoras de mangaba, quilombolas e demais grupos que se afirmam identitariamente a partir da relação evocada com o território pesqueiro produziram recusas e posições no contraste aos entendimentos produzidos pela mídia, pela opinião pública e pela norma sobre o evento, seus efeitos e os "afetados". Coletivamente, construíram um argumento que conduziu as ações na luta por direitos balizado pelas ideias de acúmulo e de justiça. Atravessando historicamente processos expropriatórios na terra, mangue e maré, pelo avanço de projetos de desenvolvimento empreendidos pelo Estado e pelo mercado, o evento do derramamento fez com que eles desenterrassem memórias de violência e injustiça de eventos que, desde o projeto colonizador até os dias atuais, na perpetuação e renovação desse projeto, não são esquecidas. Assim, qualquer tentativa de reparação ou indenização deveria considerar a dívida que o Estado carregava e o pleito pela necessidade de garantir dos territórios, que são coletivos. Recusando ideias como a de que toda a sociedade era impactada igualmente, que impacto era apenas o visto a olho nu, que ele poderia ser determinado temporalmente e que homens e mulheres eram impactados da mesma forma, produziram entendimentos sobre gênero, raça e classe e construíram um mapa mobilizando essas categorias.



Inseridos no lugar "quente" de quem atuou na colaboração à busca por melhores posições para essas populações que protagonizavam suas lutas, na construção de uma pesquisa feita na intervenção e vice-versa, no exercício interdisciplinar e colaborativo entre saberes acadêmicos e locais, buscamos refletir sobre esse evento que, pelas populações pesqueiras do estado, não é dado, nem será, como superado.



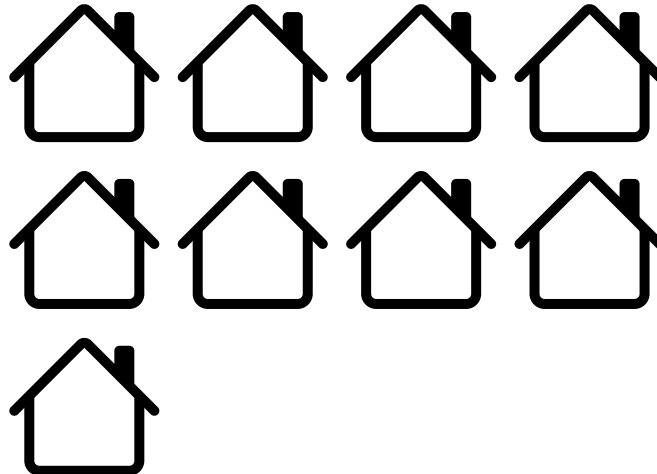
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: